

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 3 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-666-9 DOI 10.22533/at.ed.669192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte. No 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade e no 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	
Edilma de Jesus Louzeiro Cruz	
Erisvan Sales Oliveira	
Raimunda Nonata da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.6691927091	
CAPÍTULO 2	11
A EXPRESSIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - DESAFIOS DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Regina Zanella Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.6691927092	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES DURANTE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Ana Luiza Sobrinha Silva Souza	
Emília Karla de Araújo Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6691927093	
CAPÍTULO 4	36
A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E À MODA DA POLÍTICA IDENTITÁRIA	
Emanuel Oliveira da Costa	
Emelinne Bezerra Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.6691927094	
CAPÍTULO 5	43
APROXIMAÇÕES ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS HUMANAS BASEADAS NA BNCC: O LUGAR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ESCOLA	
Roberta Dall Agnese da Costa	
Ana Cláudia Reis de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6691927095	
CAPÍTULO 6	54
AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	
Consolação Linhares de Carvalho Coelho	
Antonia de Abreu Sousa	
Amarílio Gonçalves Coelho Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6691927096	

CAPÍTULO 7 64

ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE:
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA ENFERMAGEM

Antonia de Fátima Zanchetta Serradilha
Elza de Fátima Ribeiro Higa
Dircelene Jussara Sperandio
Marli Terezinha Casamassimo Duarte
Vera Lucia Pamplona Tonete

DOI 10.22533/at.ed.6691927097

CAPÍTULO 8 77

CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA EDUCITEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NO AMAZONAS

Wagner Gomes de Oliveira
Carolina Menandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6691927098

CAPÍTULO 9 88

“CRISE DA DOCÊNCIA” E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Izaque Pereira de Souza
Teresa Kazuko Teruya
Wellington Junior Jorge

DOI 10.22533/at.ed.6691927099

CAPÍTULO 10 98

DA TEORIA À PRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS EM UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Anderson Moisés Barbosa Souza Chagas

DOI 10.22533/at.ed.66919270910

CAPÍTULO 11 105

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO
CONTINUADOS DOS PROFESSORES

Ludimar Pegoraro
Arã Paraguassu Ribeiro
Rodrigo Regert
Kleber Prado Filho
Patrícia de Deus e Silva
Rosana Rachinski D`Agostini
Marissol Aparecida Zamboni
Fátima Noely da Silva
Eliane Baldo Fantinel
Marcelo Ricardo Colaço

DOI 10.22533/at.ed.66919270911

CAPÍTULO 12 117

É POSSÍVEL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE PRÁTICAS LÚDICAS? RELATO DE EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÃO DISCENTE DO CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Alexsandro Ferreira Guimarães
Camila Silva Martins
Ana Gabriela Pericolo Nunes
Ana Paula Oliveira Barbosa
Paula Pillar Pinto
Marilene Porowski

DOI 10.22533/at.ed.66919270912

CAPÍTULO 13 125

FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONSTRUÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO OU RESGATE?

Juliana Alvares Duarte Bonini Campos

DOI 10.22533/at.ed.66919270913

CAPÍTULO 14 133

HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O TEMPO/ESPAÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jessica Rautenberg
Rita Buzzi Rausch

DOI 10.22533/at.ed.66919270914

CAPÍTULO 15 141

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.
Marcia Reami Pechula

DOI 10.22533/at.ed.66919270915

CAPÍTULO 16 148

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.66919270916

CAPÍTULO 17 157

O PARFOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Raul da Silveira Santos
Francisco Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.66919270917

CAPÍTULO 18 168

O PROJETO INTEGRADOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFPA

Robson de Sousa Feitosa
Vanderlei Antonio Stefanuto
Soraya Farias Aquino
Alessandra Ribeiro Duarte

DOI 10.22533/at.ed.66919270918

CAPÍTULO 19	181
OS NOVOS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES HUMANISTAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA	
Pedro Henrique Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.66919270919	
CAPÍTULO 20	188
WORKSHOP DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Kelly Cristina Gavião Luchi	
DOI 10.22533/at.ed.66919270920	
PARTE 2 - EDUCAÇÃO E ARTE	
CAPÍTULO 21	195
(DESCONSTRUINDO) ESTEREÓTIPOS: NARRATIVAS EM TORNO DO ENSINO DA ARTE	
Mikael Miziescki	
Marcelo Feldhaus	
DOI 10.22533/at.ed.66919270921	
CAPÍTULO 22	207
10 EDIÇÕES DO <i>ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP</i> : O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PUBLICAÇÕES GERADAS PELAS COMUNICAÇÕES ORAIS	
Paulo Roberto Prado Constantino	
DOI 10.22533/at.ed.66919270922	
CAPÍTULO 23	215
EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE	
Aline Raquel Costa de Oliveira	
Cassiano de Almeida Barros	
Andreia Miranda Moraes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.66919270923	
CAPÍTULO 24	223
ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
Deise Marins Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.66919270924	
CAPÍTULO 25	234
MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
José Carlos Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.66919270925	

CAPÍTULO 26	243
O MATERIAL DIDÁTICO PARA BANDAS DE MÚSICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE USO	
Fernando Vieira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.66919270926	
SOBRE O ORGANIZADOR	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.

Doutoranda em Educação, UNESP Rio Claro, SP;
terezinha4390@gmail.com

Marcia Reami Pechula

Docente do Depto de Educação, Instituto de
Biotecnologia – UNESP – Rio Claro. mreami@
rc.unesp.br

Apresentação Oral

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado no I Congresso Brasileiro de Pedagogia Universitária (2018) pretende investigar e discutir sobre o tema: **O alimento na educação escolar: diálogos entre a formação docente, discente e a comunidade.** Partimos de um recorte histórico sobre as legislações acerca da alimentação escolar e refletimos os seus desdobramentos nos âmbitos da escola e da comunidade. Propomos, ainda, discutir sobre os aspectos políticos, culturais e sociais que afetam a formação continuada dos educadores, no que tange ao compromisso pedagógico das escolas com o processo de alimentação das crianças no Ensino Infantil e Fundamental I, que envolve tanto a formação do educador, quanto do educando e da comunidade no entorno da escola. O estudo é alicerçado nas legislações postas pela LDB 9394/1996 e seus desdobramentos exemplificado pela Lei nº 11.947/2009 art. 3:

A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Inicialmente, apontaremos algumas definições sobre alimentação saudável na

RESUMO: O estudo que apresentamos tem por finalidade dialogar sobre a formação continuada na universidade e as práticas culturais e pedagógicas relacionadas a regulamentações sobre a alimentação saudável nas escolas. A metodologia empregada tem caráter histórico-descritivo, com consulta a textos e legislação sobre ensino e importância da alimentação escolar. Tais estudos evidenciam que o consumo do alimento é condicionante ao aprendizado escolar, daí a necessidade de investigar o tema. As conclusões apontam para a necessidade de reflexões sobre o assunto, percebendo a alimentação saudável na infância como direito do cidadão mediante as possibilidades e desafios a serem superados.

PALAVRAS-CHAVE: regulamentações; ensino; formação continuada; alimentação escolar.

escola, conforme alguns especialistas, dentre eles Almeida (2010, p.64), que, partindo de orientações fornecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) esclarece que:

O alimento é adequado quando satisfaz às necessidades alimentares, durante todo o ciclo da vida, levando em conta necessidades relacionadas a gênero, ocupação e cultura e que não contenha substâncias adversas acima do estabelecido por legislação, tenha frescor, sabor, aparência, palatabilidade e aceitabilidade cultural.

De acordo com o autor (2010, p.64), o Ministério da Saúde apresenta o seguinte conceito sobre alimentação saudável;

É aquela que atende às necessidades nutricionais e as características de cada fase do curso da vida, é acessível física e financeiramente a todos, saborosa, variada, colorida, harmônica e segura do ponto de vista sanitário e que respeita a cultura alimentar da população.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe que os governos forneçam informações à população para facilitar a adoção de escolhas alimentares mais saudáveis em uma linguagem que seja compreendida por todos e que leve em conta a cultura local.

Nesse sentido, o alimento é entendido como produto cultural em constante transformação; cabe-nos o discernimento dos usos que dele faremos, de modo que nossa relação com ele, para além de saciar a fome, seja de partilha, de prazer e de melhores escolhas. Educar para melhores escolhas é uma preocupação atual de muitos educadores, pois o desenvolvimento cognitivo e a capacidade de aprendizagem dependem da boa saúde daquele que aprende e o acesso a condições dignas de higiene e alimentação são fatores primordiais.

Concordamos que uma alimentação saudável oferecida pela família e complementada na escola, segundo a ABCriança (2013), facilita ainda mais nos processos de capacidade física, atenção, memória, concentração e aprendizado:

A capacidade de aprendizagem, a compreensão, a memória, a atenção e a criatividade integram o desenvolvimento cognitivo, que é influenciado por vários fatores e de acordo com a especialista holandesa Nathalie Van der Put, a vivência com os pais, a estimulação social, a genética, a educação e a nutrição são os principais fatores envolvidos no desenvolvimento cognitivo. (ABCRIANÇA, 2013, s/p.).

O alimento, para além da função de nutrir o corpo, também está relacionado a processos civilizatórios e culturais que continuam sendo construídos e transformados conforme as necessidades e avanços culturais.

A ALIMENTAÇÃO NA CULTURA HUMANA - UM RECORTE HISTÓRICO

Observamos que não é de hoje que o alimento se apresenta na ementa cultural das mais antigas civilizações. Durante o período da Idade Média, segundo Flandrin

e Montanari (1998) o homem civilizado se diferenciou dos animais e dos bárbaros considerados nômades selvagens, quando passou a criar suas plantas e animais, produzir alimentos mais elaborados, cozidos e aprendeu a estocar sua alimentação. Assim, o homem civilizado prosseguiu sua história de conquistas em meio a batalhas e tempos de paz celebrando a vida, festejando, fazendo oferendas aos deuses e promovendo banquetes grandiosos:

“O homem civilizado come não somente (e menos) por fome, para satisfazer uma necessidade elementar do corpo, mas também, (e, sobretudo) para transformar esta ocasião em um ato de sociabilidade.” (FLANDRIN; MONTANARI, 1998, p. 108).

Hábitos, tais como, modos de servir o alimento, sentar à mesa, ou seguir regras de comportamento são referências adquiridas por tradições culturais, construídas ao longo da história. Na obra de Norbert Elias, *O Processo civilizador* (1994), encontramos descrições a respeito da relação entre os indivíduos e alguns elementos de diferenciação dos homens uns dos outros unindo ou excluindo pessoas. De acordo como o mesmo autor, a construção de um novo homem e de uma nova corporalidade, no contexto da sociedade moderna é parte considerável do processo civilizatório. O mesmo processo interfere nas práticas corporais das pessoas, desde a infância à idade adulta, corrigindo e estabelecendo modos e valores, interferindo na conduta de todos na sociedade que tendem a se adaptar às mudanças. Novos tempos, novas necessidades.

O Brasil passou por várias transformações históricas, dentre as quais, apontamos o período de 1930 e 1940, cujo ritmo acelerado das máquinas nas fábricas atingiu a todos. Os corpos gradativamente transformaram-se em produto de trabalho, o corpo na era industrial deixa de ser simples corpo humano para se transformar em máquina de trabalho produtivo, gerando lucro à sociedade. (FOUCAULT, 1987). Era preciso trabalhar e produzir para sobreviver em sociedade e a nova rotina de trabalho também influenciou nos costumes estabelecendo novos horários nas escolas:

A organização dos horários escolares modificou-se conforme a necessidade de expandir o ensino público. A princípio as quatro horas de ensino eram divididas em duas seções: uma das 10 às 12 horas e outra das 14 às 16 horas conforme o horário do almoço das crianças que precedia às aulas. Porém, no século XX, a polêmica foi quando a demanda por vagas obrigou as diretorias ou Secretaria de Educação a propor ou determinar o funcionamento de grupos escolares de dois turnos: das 7 às 11h e das 12 às 16h. (VIDAL, D, G. 2005, p. 57).

Aos poucos, os novos hábitos foram se inserindo nos lares brasileiros, nem sempre agradando a todos que na época moravam no campo, segundo Vidal e Ferreira Filho (2005). Entendemos que, nesse momento a escola se destaca como espaço de responsabilização pela alimentação na infância, começando por organizar horários, intervalo ou recreio, e aos poucos a alimentação se regulariza exigindo novas funções escolares. Este fato nos leva a concluir que os horários de preparo das refeições e o próprio almoço eram diferentes do que hoje estamos habituados.

As refeições sofreram transformações ao longo do tempo, sobretudo na década de 1950 com a industrialização e comércio de alimentos, com o consumo de lanches e refeições em restaurantes atendendo as demandas e desejos da sociedade refletindo também discursos de poder. No Brasil, alguns consumidores preocupados com restrições do tempo destinado a qualidade no preparo e a partilha do alimento em contraposição a desigualdade social aderiram a práticas de consumo do alimento ligado ao **vegetarianismo e á sustentabilidade**. Ao pensarmos sobre o consumo do alimento na sociedade contemporânea nos leva a repensar sobre o papel que a educação tem exercido para a formação de uma sociedade menos excludente e mais consciente.

O ALIMENTO NAS ESCOLAS - CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICAS ASSISTENCIALISTAS

Ao longo do processo histórico e político, observamos que nem sempre a alimentação foi vista como direito do cidadão, o que vivenciamos hoje no Brasil tem sido fruto de políticas de reivindicação de melhoria da educação e conquistas sociais. Assim, os anseios populares como acesso à educação de qualidade fizeram com que o alimento na escola também viesse a ser um direito, recentemente incluído, na Constituição do Brasil, hoje evidenciado na Lei de Diretrizes de Base - LDB 9394(1996), com fundamentação legal na Constituição Brasileira que garante a inclusão do direito à alimentação como direito fundamental, no art. 6º, através da Emenda Constitucional n.º 64/2010, o que demonstra que as políticas de alimentação constituem, no momento atual, obrigação do Estado.

Retomando a história sobre como as questões alimentares têm fomentado processos de lei, destacamos que a alimentação escolar brasileira a princípio era considerada uma prática assistencialista. O período 1930-1945 priorizou temas como o trabalho, a educação e a cultura. No Brasil a preocupação com a questão da alimentação escolar esteve presente já no início nas décadas de 1930 e 1940. Nos anos 1940, visando ao aprimoramento social e intelectual dos alunos e a promoção da educação social da infância e adolescência, se impôs o fornecimento de alimentação saudável nas escolas.

Um novo Brasil, moderno, em fase de expansão, necessitava de cidadãos sadios para promover o progresso da nação. Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME). Essa visão de caráter beneficente sem intervenção do Estado e assistencialismo paulatinamente foi substituída por projetos de lei promotores de saúde com intervenção do Estado.

Após a promulgação da Constituição de 1988 notamos que o art. 208, VII, da Constituição determina: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar,

transporte, alimentação e assistência à saúde”. (BRASIL, 2009).

Inserida nesse contexto, a LDB 9394/1996, art. 4º, reitera e define esse direito à Educação e do Dever de Educar. Dessa LDB originaram programas nacionais de alimentação e nutrição e legislações voltados a projetos de educação e saúde, cujo objetivo é o de reverter hábitos alimentares inadequados e assim estabelecer normas e verbas para implantação da merenda saudável nas escolas.

No Brasil projetos e leis referentes ao acesso igualitário ao alimento ganham destaque, de modo especial com a implantação da Lei nº 11.947/2009 que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae garantindo o direito à alimentação escolar. Destacamos o art. 2:

São diretrizes da alimentação escolar: alimentação saudável e adequada como aquela que faz: [...] uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura alimentar, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de ações específicas. (BRASIL, 2009).

Nesse cenário, pesquisadores, nutricionistas e demais agentes inseridos na comunidade científica vêm investindo em pesquisas com o desafio de implantar a alimentação saudável nas escolas. O mais recente avanço do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae foi a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Em destaque o art.15 da lei nº 11.947 que propõe ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional.

Art. 15. Compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Pnae, lei n. 11.947)

As ações e estratégias voltadas para alimentação e nutrição na escola constam na resolução nº 38/2009, artigo 13:

DAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NA ESCOLA: Art. 13. § 1º São consideradas, entre outras, estratégias de educação alimentar e nutricional: a oferta da alimentação saudável na escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar, a realização de oficinas culinárias experimentais com os alunos, a formação da comunidade escolar, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais que a beneficiem. (BRASIL, 2009).

Em termos práticos, algumas escolas públicas e também escolas particulares já se preocupam em orientar os pais quanto ao lanche a ser enviado de casa restringindo até mesmo algumas guloseimas, além de manterem hortas, oficinas e projetos culinários. Atualmente, porém, as cantinas que funcionam dentro das escolas públicas ou particulares devem se adequar de acordo com a Lei 11.947,

(2009), que no Art. 17 destaca que a cantina:

É proibida para as bebidas com baixo teor nutricional tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares. II – É restrita para os alimentos - enlatados, embutidos, doces.

Mediante alimentação inadequada entre os estudantes surgem novas preocupações no campo das políticas educacionais e dessa maneira entra em vigor a Lei 12.982/2014, que determina o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica. Essa lei tem por pretensão ampliar a clareza sobre a necessidade de a merenda seguir indicações médicas e nutricionais para os estudantes.

Atualmente, ações de assistência alimentar ainda são necessárias dadas as desigualdades e injustiças históricas; é preciso acompanhar os projetos implementados nas escolas desde o cardápio até mesmo a distribuição da merenda, conforme os artigos 18 da Lei 11.947/2009:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento.

Problemas e desafios a serem superados tais como a falta de planejamento dos recursos, desvios de verbas, pagamentos de propinas, superfaturamento levam a ineficácia dos esquemas que deveriam assegurar a alimentação escolar e a falta de compromisso com os alunos refletem a má administração e o descaso governamental.

A alimentação e a promoção do desenvolvimento integral da criança na escola, mais que os anseios da sociedade brasileira refletem um cenário de lutas de um povo faminto por dignidade e equidade social, que estão por vir. A dignidade e a equidade são desafios difíceis, enfrentados por todos, especialmente por professores que buscam a formação continuada nos mais diversos cursos de extensão oferecidos pelas Universidades do Brasil.

Dessa maneira ressaltamos a importância da expansão dessa temática na formação das licenciaturas, e também nos cursos de extensão e capacitação de professores. Os cursos de formação continuada ofertados pelas Universidades ou em parcerias com Secretarias de Educação, podem proporcionar o acesso e atualização de informações e conhecimentos aos educadores e comunidades participantes sobre a importância da participação da educação no processo de formação da consciência alimentar da criança.

As palavras “saber e sabor” estão entrelaçadas, produzem sentidos que se cruzam. Saber, do latim *sapere*, significa “ter gosto”; (...) perceber sentido do gosto” (Machado, 1952;1922). O sentir, o prazer e o **sabor**, fazem o corpo pensar, querer saber, assim como **o saber** proporciona prazer, sabor. Acrescentamos que, a ação de ensinar provoca experiências e pode causar alguns dissabores ou sabor; amargo

ou doce; bom ou ruim. Assim é a tarefa do educador é dar a conhecer o gosto, para que aquele que o experimenta se manifeste de maneira diferenciada e possa estar aberto a pluralidade.

Nesse estudo tecemos algumas ideias a respeito da importância da formação do professor no que se refere a tarefa de se envolver com a educação alimentar na escola, aproveitando a prática política de oferta da alimentação diária nas escolas para orientar os alunos para o desenvolvimento de bons hábitos alimentares.

Pensar sobre os aspectos culturais do alimento e sua regulamentação em nossa sociedade é um indicativo relevante para que se possam ampliar as ofertas de formação de professores e cursos de extensão sobre a educação alimentar no processo de ensino nas escolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.L. **Alimentação adequada como direito fundamental: Desafios para garantir a efetivação.** Revista Internacional de Direito e Cidadania, n.8, p. 55-70, outubro/2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/8286316-Daniela-lima-de-almeida.html>> Acesso em: 27 ago.2017

ABCriança crescer feliz. Educação e Promoção da Saúde. Alimentar neurônios. 04/03/2013 Disponível em: < www.abcrianca.com/nutriccedilatilideo/alimentar-os- > Acesso em: 09 set.2016.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Estatística e Avaliação da Educação Superior. **Manual geral de avaliação das condições de ensino.** Brasília: MEC/INEP, 2002.

BRASIL. Lei n.º 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 2013. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. Lei n.º 11.947/09 – **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2009.** Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/lei_11947-2009-pnae.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº. 12.982/14 – Da alterações sobre o PNAE.** 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12982.htm>. Acesso em: 13 out. 2016.

DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001. Portal MEC portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf> Brasília Acesso em: 20 ago.2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, [s.n.], 1994.

FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da alimentação.** São Paulo: Estação da Liberdade, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX).** 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. v. 1

MACHADO. J.P. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa,** [S.L] Livros Horizonte, 2003.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso ao ensino superior 148
Ações afirmativas 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
Alimentação escolar 6, 141, 144, 145, 146, 147

B

BNCC 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 223, 226, 227, 228, 231, 233

C

Carreira 70, 79, 93, 113, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 156, 182, 184, 185
Ciência 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 79, 82, 83, 85, 87, 111, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 214
Ciências humanas 24, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 124, 206
Ciências naturais 43, 44, 50, 51, 164
Classe social 36, 37, 40, 56, 101
Conhecimento científico 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 68, 87, 93
Crise 40, 88, 89, 90, 155, 181, 182, 184, 186, 212, 238, 241
Crise docente 88, 89, 90
Currículo integrado 59, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179

D

Desconstrução 37, 39, 195, 197, 202
Direito 9, 47, 57, 80, 115, 125, 134, 135, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 159, 163, 166, 172, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 216
Direito à educação 9, 80, 115, 148, 149, 151
Docente 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 43, 70, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 118, 124, 133, 134, 140, 141, 157, 162, 164, 188, 189, 192, 194, 210, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231
Documentos do IFPA 168

E

Educação infantil 24, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 159, 196, 201, 204, 205
Educação musical 98, 99, 100, 101, 102, 104, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 252
Educação profissional 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 115, 152, 169, 171, 176, 179, 210
Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas 77, 79
Educação superior 11, 17, 21, 78, 79, 80, 87, 95, 106, 147, 154, 159, 183, 186

EJA 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Enfermagem 16, 17, 18, 19, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 124

Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Ensino aprendizagem 5, 88, 110, 123

Ensino de arte 195, 205, 206, 216, 233

Ensino superior 11, 12, 14, 17, 18, 20, 35, 81, 90, 94, 96, 97, 113, 116, 120, 122, 124, 126, 148, 150, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 210, 212

Estágio supervisionado 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 98, 99, 100, 101, 103, 210

Estereótipos 158, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Expressividade 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 119

F

Formação acadêmica 81, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132

Formação continuada 33, 86, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 148, 155, 188, 189, 194

Formação de professores 11, 13, 20, 22, 27, 33, 51, 52, 98, 104, 114, 115, 116, 133, 140, 147, 148, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 188, 205, 209, 211, 216, 226

Formação integral 4, 54, 60, 61, 62, 128, 176, 179, 216

Formação profissional 23, 58, 64, 70, 71, 72, 109, 112, 116, 123, 152, 156, 162, 172, 177

G

Gestão administrativa financeira 1

Gestão compartilhada 1, 5, 8, 9, 10

H

Hora-atividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

I

Identidade 9, 10, 20, 21, 22, 30, 31, 35, 36, 41, 94, 97, 112, 119, 131, 179, 181, 184, 185, 186, 222, 225, 228, 229, 232, 242

Integração curricular 54, 60, 61, 62, 176

M

Metodologias ativas de ensino 120, 188

O

Ontopsicologia 181, 182, 184, 185, 186, 187

P

Pedagogia universitária 11, 14, 20, 21, 115, 141, 194

Políticas públicas 61, 65, 70, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 94, 148, 150, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 209, 212, 242

Pós-modernidade 36

Professor 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 48, 49, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 134, 136, 147, 149, 160, 163, 166, 170, 182, 183, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 228, 232, 236, 240, 246, 247, 250, 253

Projeto integrador 168, 169, 175, 176, 177

Promoção da saúde 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 147

Publicação científica 77, 81, 83

R

Regulamentações 141

T

Trabalho docente 11, 12, 18, 20, 21, 94, 112, 133, 140

U

Universidade 2, 11, 22, 24, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 54, 64, 87, 88, 91, 96, 98, 103, 105, 107, 110, 112, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 140, 141, 148, 153, 155, 157, 162, 167, 179, 183, 194, 195, 197, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 223, 224, 239, 243, 253

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-666-9

